

Atualidade

econômica

Unificação Orçamentária

*eram
mon*

Durante entrevista que concedeu ontem a uma emissora de televisão, o ministro Delfim Netto revelou que o governo passou as últimas semanas preparando os orçamentos da União, monetário e das empresas estatais para 1984. Segundo ele, esses números estavam sendo aguardados pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional para análise dos efeitos do programa de ajustamento em curso sobre as contas do próximo ano, já que os dados referentes a 1983 eram os únicos disponíveis quando das discussões anteriores entre as autoridades e a missão daquele organismo internacional.

O fato de o governo estar, de novo, trabalhando com três orçamentos nos causa estranheza, pois julgávamos que, pelo menos desta vez, haveria esforços no sentido de consolidar as receitas e despesas do setor público em um único orçamento, tal como ocorre nos países desenvolvidos, nos quais a peça orçamentária é submetida ao Legislativo para discussões e aprovação.

Nesses países, o orçamento é um espelho real do dispêndio e das receitas governamentais, bem como do déficit público, financiado mediante a emissão de títulos. No Brasil, o orçamento fiscal tem abrangência reduzida, pois não inclui todos os gastos, muitos dos quais são abrigados pelo orçamento monetário, sempre flexível e instrumento de manobra para aqueles que desejam gastar sem cobertura. Portanto, surpreende-nos a perda de mais uma oportunidade de quantificar com maior rigor o déficit do governo, foco principal de pressões inflacionárias e das dívidas interna e externa.

Decididamente, como afirmou na mencionada entrevista o ministro do Planejamento, o Brasil é um país que tem realizado gastos muito acima de suas possibilidades reais, graças às chamadas contas em aberto do orçamento monetário e aos estouros frequentes do orçamento das empresas estatais. Porém, em vez de pôr fim a esse complexo sistema de contabilização, dividido em três partes, o governo parece insistir no erro, sem dar ouvidos às sugestões feitas por economistas como o ex-ministro Mário Henrique Simonsen e às críticas de alguns setores do FMI, segundo as quais até agora as autoridades brasileiras não foram capazes de apresentar números consistentes e confiáveis.

A esta altura da crise enfrentada pelo País, não deixa de ser profundamente lamentável a inexistência de um orçamento claro e pormenorizado do conjunto de despesas e das receitas. Naturalmente, tal orçamento não deveria ser absolutamente rígido, mormente na fase atual, podendo-se admitir certos desvios da execução prevista, mas ainda assim esse documento seria muito importante para aprofundar o debate sobre os gastos do governo, refinar os instrumentos de controle e, o que é mais importante, fornecer elementos preciosos para a elaboração de um projeto de reforma tributária.

Ademais, um orçamento desse tipo, aprovado pelo Congresso, teria ainda o mérito de comprometer o Legislativo, que passaria a tomar as medidas requeridas para sua execução efetiva.